

Um caso de estudo: o arquivo das minas do Lousal (Grândola, Portugal)

JOSÉ M. BRANDÃO • Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, Universidade de Évora / Rede HetSci

CARMEN CARVALHO • Câmara Municipal de Grândola

ELIANA CASTRO • Mestre em Ciências da Informação e Documentação, var. Arquivística

[resumo] No presente artigo, os autores reflectem sobre a problemática da gestão de um arquivo empresarial em contexto museológico e apresentam, em linhas gerais, um caso exemplar: a organização e conservação de parte do fundo documental da antiga concessionária das minas Lousal, *Mines et Industries* (1936-1988). Estes documentos estão actualmente depositados no Museu Mineiro local. Apontam-se também algumas sugestões para a sua futura gestão.

Palavras-chave: património arquivístico; história; minas; museus; Lousal.

[abstract] In this article, the authors reflect on the problem of managing an enterprise archive in museum context, and point out, as an exemplary case, the organization and preservation of the documentary resources of the former concession dealer of the mines of Lousal, *Mines et Industries* (1936-1988). These documents are currently deposited in the Mining Museum of Lousal. Authors also point some suggestions for its future management.

Keywords: historical archives; history; mines; museums; Lousal.

...é direito e dever de todos os cidadãos, do Estado e demais entidades públicas e privadas, preservar, defender e valorizar o património arquivístico.

In: Dec.-Lei nº 16/93 de 23 de Janeiro

Introdução

A moldura legal em vigor recomenda vivamente a preservação da documentação de carácter histórico-cultural, mediante a sua avaliação, selecção e depósito em arquivos, geridos por entidades públicas ou privadas¹. Todavia, a realidade mostra que parte substancial do património documental

industrial e dos arquivos das empresas que fecham as suas portas, sendo embora peças *indispensáveis para a história económica contemporânea* (B. Gille cit. em Mendes, 2002), têm vindo a ser perdidos ou continuam em risco (Cordeiro, 2007 p. 59). Tal situação deve-se, sobretudo, ao facto dos documentos que outrora suportaram a actividade das empresas, testemunhando a sua dimensão social e

económica serem ainda entendidos como bens de interesse menor, ou mesmo nulo, no contexto global do património gerado na sequência do processo de desindustrialização.

Também em Espanha, por exemplo, são vários os autores que se referem ao problema da conservação dos arquivos históricos empresariais, designadamente na área mineira, que, como refere Pérez López, se apresentam, em geral, num “lamentável estado de conservação” (2010, p. 583), dando mostras de uma falta quase absoluta de critérios de tratamento, reconhecendo-os como peças de fundamentais da memória recente.

No caso particular da indústria mineira nacional, centenas de empresas espalhadas pelo país encerraram, umas após outras, no último quartel do século XX, sem que se acautelasse a preservação o seu património, designadamente na parte respeitante à documentação acumulada ao longo dos anos. Adquirem por isso particular valor os poucos arquivos que escaparam mais ou menos bem conservados aos - sempre difíceis - processos de encerramento e liquidação. Contudo, não pode dizer-se que mesmo assim estejam completamente isentos de ameaças que decorrem, sobretudo, do facto de estarem, em regra, em situação de desuso e poderem ser apenas entendidos como mais uma fonte de custos, sem contrapartidas visíveis.

Nesta perspectiva, o património arquivístico depositado no Museu Mineiro do Lousal (adiante abreviadamente apenas designado por MML) assume particular relevância como caso exemplar. Trata-se de um arquivo empresarial parcialmente conservado, herdado da antiga concessionária, a empresa belga *Mines et Industries S.A.*, sobre o qual tem vindo a ser realizado um trabalho sistemático, embora intermitente, de classificação, organização e acondicionamento, tendo em vista a sua futura disponibilização à investigação.

No presente texto, alicerçado nos trabalhos de estágio e de desenvolvimento da tese de Mestrado em Museologia da Universidade de Évora de um dos autores (C.C.), reflecte-se sobre o enquadramento do arquivo no projecto de preservação e valorização do património do antigo lugar mineiro, e apresenta-se sumariamente a proposta de organização implementada.

Arquivos empresariais em contexto museológico

A problemática da incorporação e gestão de arquivos empresariais em contexto museológicos não têm sido, entre nós, objecto de uma reflexão alargada, talvez por se entender que aqueles podem constituir unidades documentais autónomas sob a forma de “arquivos históricos”, apresentados como um serviço complementar disponibilizado pelo museu.

Embora arquivos e museus tenham como denominador comum a preservação e o uso social de bens culturais e para alguns autores representem *duas faces da mesma moeda*, o património histórico (Gomes e Andrade, 2006), torna-se necessário definir com clareza o lugar que aqueles acervos arquivísticos empresariais incorporados em museus ocupam no universo global da documentação museológica, na medida em que arquivistas/documentalistas e museólogos têm quadros conceptuais diferentes quanto à natureza e valor utilitário dos *documentos*, entendimento aliás estruturante das opções de gestão e de comunicação com os públicos.

Em arquivística, tem-se que a *documentação* resulta da acumulação natural, ao longo do tempo, de elementos materiais que reflectem a missão da empresa, a gestão dos respectivos recursos e as suas relações com o exterior (fornecedores de bens e serviços e destinatários dos produtos). A sua missão é a de suportar os actos administrativos e técnicos da empresa, fornecendo informação e preservando o seu histórico². O *documento*, peça central, assume sobretudo a forma textual ou iconográfica em papel ou, mais recentemente, a forma de documentos electrónicos.

Em contraponto, para os museólogos, a *documentação* assume-se como uma série de actividades axialmente ligadas pelas funções essenciais do processo museológico, designadamente recolha, investigação e divulgação, constituída de forma dirigida e de acordo com a tipologia e missão do museu. O seu principal objectivo é o de garantir a preservação e recuperação da informação de forma a transformar as colecções (documentos primários) em fontes de investigação e transmissão de conhecimentos. Na sua materialidade o *documento* ou melhor, o *objecto*

documento é, na sua essência, um *suporte de informações que só podem ser preservadas e colocadas em movimento através da perquisição* (Chagas, 2005).

Esta dualidade conceptual implica uma visão diferente no que respeita à organização dos acervos documentais industriais depositados em museus.

Aquando da sua apropriação museológica, a documentação outrora activa, adquire um novo estatuto que decorre da sua elevação a bem cultural de conservação permanente. Há, portanto, uma mudança de valor das peças individuais, somando-se ao seu *valor primário*, inerente às razões que estiveram na origem da sua criação, um *valor secundário*, consequente com o reconhecimento da sua utilidade como fonte de investigação e de preservação da memória. Este processo, confronta-se assim com a possibilidade de gerir os documentos incorporados de forma apartada dos documentos, textuais ou digitais, produzidos pelos museus sobre as colecções ou, pelo contrário, ensaiar uma concatenação de interesses garantindo simultaneamente a preservação, a pública disponibilização e a sua utilização como objectos museológicos.

A incorporação de espólios documentais empresariais em museus presume uma prévia avaliação e selecção, expurgando-os das peças que pela natureza dos seus conteúdos possam não constituir elementos relevantes para a história do objecto da musealização. Contudo, ressalve-se que uma eventual desafecção de elementos não deve pautar-se apenas por critérios arquivísticos, ancorados no clássico ciclo de vida dos documentos, baseado na figura retórica das “três idades”, na medida em que peças que na fase activa da empresa têm interesse durante períodos limitados de tempo, findos os quais são passíveis de eliminação, podem ser relevantes do ponto de vista da sua utilização historiográfica.

Tendo em consideração que no limite, as principais finalidades dos acervos arquivísticos preservados em museus são a informação e a comunicação, é nossa convicção que independentemente da natureza e origem dos documentos que os integram, devem ser geridos globalmente e de forma profissional, numa convergência de procedimentos e normativos intrínsecos à arquivística,

biblioteconomia e museologia. No fundo, este é um passo no sentido da implementação do sistema de trabalho holístico que desde já há alguns anos vem a ser designado por *gestão da informação em museus* (Torres, 2002).

Embora possa parecer cómoda a organização dos documentos herdados de unidades produtivas extintas em “arquivos históricos”, este modelo estático parece no entanto ter já provado a sua pouca eficácia em assegurar a necessária articulação com os contextos geradores da informação (Ribeiro, 2002 p. 102), pelo que preferimos subscrever a ideia da sua organização em *Centros de Documentação*, entidades funcionais porventura mais adequadas nestas circunstâncias.

Os Centros de Documentação conciliam as vertentes de arquivo, biblioteca e museu, ao constituírem-se em torno de uma temática específica - como no caso vertente a mineração das pirites-, alocando e disponibilizando diferentes tipos de recursos sob a forma de originais ou cópias, sem que, porém, se identifiquem com nenhuma daquelas instituições em particular (Tessitore, 2003, p. 19). A sua principal missão é o apoio à investigação institucional, académica ou individual e não a gestão de sistemas arquivísticos (*ob. cit.* p. 14).

Das minas ao museu

Situadas na extremidade oeste da Faixa Piritosa Ibérica (FPI), as minas do Lousal exploraram, desde os finais do século XIX até meados dos recentes anos oitenta, uma série de massas lenticulares e descontínuas de pirites de ferro cupríferas com chumbo e zinco (galena e esfalerite), denunciadas à superfície por chapéus de ferro há muito conhecidos³.

Concessionado para exploração desde 1885 ao lavrador António Manuel, seu descobridor legal⁴, que constituiu sociedade com o engenheiro de minas Alfredo Masson, o jazigo passou pela mão de diversos proprietários até à sua atribuição à sociedade belga *Mines et Industries, S.A.* fundada em 1936 (adiante abreviadamente referida por M.&I.), cujos capitais pertenciam, em parte, à *Société Anonyme de Produits et Engrais Chimiques du Portugal* (SAPEC)⁵.

Embora registadas como minas de cobre, cedo se verificou que o baixo teor deste

elemento não tornava rentável a exploração, fazendo deslocar a atenção da concessionária para o enxofre, cujo teor (44 a 48%) o tornou no principal elemento útil (Gomes, 1931; Silva, 1968). Este produto era a principal matéria-prima para o fabrico do ácido sulfúrico, imprescindível à produção de superfosfatos, adubos de que o país carecia, na intensa procura fomentada pelas políticas agrícolas do Estado Novo.

A produção começou a ganhar dimensão pelos finais da década de vinte, após a conclusão da linha de caminho de ferro do Vale do Sado, que permitiu a fácil exportação do minério para Setúbal onde estavam o porto marítimo (fig. 1) e os fornos de ustulação⁶ da SAPEC, e com a exportação para as fábricas da CUF no Barreiro, para onde era levado em camiões.

Os melhores anos da vida da mina correspondem ao período entre 1940 e 1960, sob a gerência da M.&I., favorecidos por um grande investimento na mecanização da lavra durante a década de cinquenta. Com o encerramento da actividade nas minas de S. Domingos (Mértola) em 1965, atingiram-se no

Lousal ritmos de produção na ordem das 1200 toneladas / dia (1969), que desceram para 700 a 800 toneladas / dia nos anos setenta (Matzke, 1971 p. 26), diminuindo gradualmente até ao encerramento das minas em 1988 devido à queda acentuada da procura destes minérios no mercado internacional, como fonte de enxofre.

Na mina subterrânea o método de lavra era o de corte e enchimento (*cut & fill*) sendo o preenchimento dos vazios feito com materiais provenientes de uma pedreira de xistos explorada a céu aberto. Desmontadas as massas minerais, a pirite era carregada e transportada por pás mecânicas até às toldas onde descia por gravidade para a galeria de rolagem onde era carregada automaticamente em vagonetas puxadas por locomotivas eléctricas até ao poço de extracção.

A par da actividade extractiva, a empresa foi também construindo estruturas para o tratamento local do minério, nomeadamente para a hidrometalurgia do cobre (cementação), processo largamente utilizado nas minas de S. Domingos e Aljustrel, mas que cedo se verificou não ser viável no



Figura 1.
Porto da
SAPEC em
Setúbal. Anos
cinquenta.
Foto: arquivo
da SAPEC.

Lousal dado o baixo teor do metal. Sob impulso do engenheiro Frédéric Velge (1926-2002), construíram-se, junto do poço principal, as oficinas de preparação mecânica dos minérios, concassagem⁷ (fig. 2), e um forno de ustulação, operações até então asseguradas pela SAPEC nas instalações de Setúbal. Deste complexo restam apenas alguns edifícios em ruínas, esvaziados que foram dos equipamentos que ali tinham sido instalados.

No que respeita à comunidade que entretanto se fora estabelecendo no Lousal, cujas minas chegaram a empregar cerca de 1200 pessoas (final da década de cinquenta) a concessionária procurou propiciar condições de fixação e bem-estar, com a construção de habitações familiares e outros equipamentos de carácter social (escola, cantina, farmácia, posto médico, salão de festas etc.) de forma a tornar o lugar auto-suficiente na maior parte dos serviços de que os residentes necessitavam (fig. 3 A e B).

Em Julho de 1994, a SAPEC e a Câmara Municipal de Grândola, tendo em vista a minimização dos graves problemas sociais

levantados na aldeia do Lousal na sequência do encerramento da actividade extractiva, estabeleceram um acordo para o lançamento de um projecto de desenvolvimento integrado cujo principal objectivo era a preservação e valorização do património mineiro numa perspectiva da sua rentabilização económica e de revitalização da zona, em risco de desertificação. Uma das vertentes desse projecto, gerido pela Fundação Frédéric Velge, entidade constituída pela empresa e pela Câmara em 1997, era a criação de um museu polinucleado, elemento estruturante das propostas de intervenção urbanística e paisagística esboçada para a aldeia mineira (Martins e Lopes, 1996, p. 460). O programa, concebido pela Associação Portuguesa para o Património Arqueológico Industrial (APAI) em 1998⁸, previa recuperar e tornar visitáveis alguns dos mais importantes espaços do antigo complexo mineiro, mostrando diversas facetas da história geológica e mineira do lugar e divulgando aspectos sociais e humanos da vida dos mineiros (Tinoco *et al*, 2002)⁹.

De acordo com este programa foi



Figura 2.
Edifício da
concassagem.
Final da
década de
cinquenta.
Foto arquivo
da SAPEC.



Figura 3A.
Bloco de
habitações
para os
operários.
Anos
cinquenta.
Fotos: arquivo
da SAPEC.

restaurada a central eléctrica (fig. 5), aberta ao público em 2001, e instalada num dos edifícios industriais uma exposição sobre a mina. Paralelamente, foram recuperados alguns dos edifícios dos antigos escritórios e armazém para actividades de carácter económico e de formação profissional, bem como concebido um percurso de visita à corta da mina (escavação a céu aberto) e ao chapéu de ferro (gossan)¹⁰.

Para apoio do corpo técnico do museu, foi também realizada cartografia geológica de pequena escala, cuja versão simplificada é, actualmente, disponibilizada aos visitantes, bem como elaborado um itinerário pedestre de reconhecimento geológico da exploração a céu aberto (corta) e visita aos principais pontos de ocupação industrial e social do antigo complexo mineiro.

O arquivo: conteúdos e organização

A metodologia seguida para a salvaguarda e valorização do património arquivístico herdado da antiga concessionária, não difere, na sua essência, da seguida no

tratamento de outros arquivos empresariais, como por exemplo no caso dos fundos documentais das antigas minas de pirites de Rio Tinto (v. P. López, 2003; Calderón, 2010) e Tharsis, em Espanha sendo que o primeiro conta actualmente com cerca de 30.000 unidades arquivísticas e o segundo de mais de 4500 unidades, contemplando legados e livros.

O trabalho, ainda longe de concluído, assentou em quatro etapas principais: levantamento prévio e apreciação da natureza, conteúdos e estado de conservação dos documentos, higienização, classificação e reacondicionamento.

O levantamento sumário entretanto realizado permitiu evidenciar, desde logo, o inestimável interesse histórico e científico destas várias centenas de documentos avulsos e processos, recomendando vivamente a sua conservação com carácter permanente. A sua futura disponibilização será fundamental, não só para o desenvolvimento das actividades de investigação e divulgação do museu mineiro, mas também para o público interessado no aprofundamento dos conhecimentos sobre a orgânica e funcionamento da antiga empresa



Figura 3 B.
Habitações
do pessoal
técnico da
mina. Anos
sessenta.
Fotos: arquivo
da SAPEC.

mineira e da história local. Aliás, sublinhe-se que foi nesta perspectiva que a proposta inicial de intervenção museológica no Lousal apontava para a constituição de um “Arquivo Histórico e Centro de Documentação”, que garantiria a preservação e disponibilização destes documentos (Grupo de trabalhos da APAI, 1998; Tinoco *et al.*, 2002)¹¹.

Caracterização e estado de conservação

O espólio documental da M.&I. depositado no museu mineiro, corresponde apenas a uma pequena parcela do arquivo original da empresa, já que, de acordo com fontes locais, se terá perdido grande parte após o encerramento da mina. Produzido entre os anos de 1936 e 1988, apresenta uma grande diversidade de conteúdos (v. quadro 1), sendo maioritariamente constituído por peças escritas e gráficas avulsas produzidas e/ou recebidas

pela empresa, respeitantes à vida administrativa, técnica e social do antigo complexo mineiro. Engloba também uma colecção de algumas dezenas de cartas topográficas e geológicas impressas, respeitantes às áreas onde a empresa teve actividade, bem como parte da cartografia geológica e geofísica de superfície e subterrânea, produzida pela concessionária das minas. Estes mapas, em vegetal e *ozalid*, desenhados pelo corpo técnico da mina, pertenciam ao Gabinete de Geologia da empresa, criado na década de cinquenta pelo geólogo alemão Günter Strauss (n. 1935).

Desde o encerramento das minas e até à conclusão das obras de intervenção no edifício da antiga Central Eléctrica onde se encontravam aquando do início do nosso trabalho (fig. 4), estes documentos foram sujeitos a várias mudanças de local e a condições de depósito inadequadas, com graves consequências para a sua conservação e para a manutenção da ordem que lhes fora conferida pela entidade que os produziu e acumulou. Tal situação justificava



Figura 4.
Edifício
da central
eléctrica. Anos
cinquenta.
Foto: arquivo
da SAPEC.

plenamente a urgência de uma intervenção visando a sua preservação e valorização.

Nesta perspectiva, pareceu-nos ser de admitir a reorganização dos documentos segundo um *Quadro de Classificação* que adaptasse o acervo às suas novas funcionalidades museológicas¹². Sublinhe-se que este procedimento que, de certa forma, escapa às recomendações da teoria arquivística de compatibilização da organização dos documentos com o *Plano de Classificação* original, não esvazia a identidade do arquivo no seu todo, reforçando, pelo contrário, o seu carácter de fonte essencial para o estudo e compreensão da história da organização⁴. Além disso, visa agilizar o seu acesso ao corpo técnico do museu e aos potenciais interessados.

No que respeita às peças presentes merecem um destaque particular, o ficheiro geral dos trabalhadores, relativamente bem preservado, fonte incontornável de informação sobre o corpo de profissionais que trabalharam no complexo mineiro ao longo dos anos, e os relatórios, que contribuem para a interpretação da história técnica do complexo minero-industrial (lavra, equipamentos,

processamento dos minérios, etc.) e da história geológica local e regional.

Os relatórios técnicos datam sobretudo dos anos cinquenta e sessenta, depois da chegada ao Lousal do engenheiro Jacques Parent que, em colaboração com Günther Strauss, elaborou diversos esboços cartográficos que vieram a servir de base à interpretação do campo mineralizado explanada na tese de doutoramento de Strauss¹³. Esses trabalhos, documentados no arquivo, foram complementados por sondagens mecânicas e prospecção geoquímica e geofísica (gravimetria e métodos electromagnéticos), conduzidas pelo antigo Serviço de Fomento Mineiro e por privados contratados pela empresa, cujos resultados se encontram também documentados no fundo da M.&I..

Destaque-se também a existência de várias peças desenhadas relativas às instalações industriais, elementos que assumem particular relevância dadas as profundas transformações registadas desde o encerramento da mina, quer por alienação de equipamentos e ruína dos edifícios, quer devido às obras de reconversão dos espaços actualmente ocupados pelos

ADMINISTRATIVO	TÉCNICO	VIDA SOCIAL	CARTOGRAFIA
Constituição Gestão do património e dos recursos humanos Aprovisionamento Fornecimentos a terceiros, Recibos, documentos de despesa e remunerações	Relatórios técnicos (lavra, sondagens, produção, etc.) Manuais e catálogos de equipamentos Análises químicas Desenhos e memórias descritivas das instalações e equipamentos	Saúde / exames clínicos Gestão do posto médico Atribuição de habitações e hortas Infraestruturas comunitárias (bairro operário, escola, etc.)	Cartas topográficas (SCE / IGC) Cartas geológicas (SGP) Cartas geológicas e geofísicas produzidas pela M.&I.

Quadro 1.
Repartição dos principais tipos documentais por áreas funcionais

núcleos do museu, Centro de Ciência, centro de artesanato e demais estruturas de acolhimento dos públicos.

No seu conjunto estes elementos permitem recuperar, pelo menos em parte, as principais etapas da cadeia operatória do antigo complexo mineiro.

Deve sublinhar-se, neste acervo, a quase total ausência de documentação relativa ao sistema de transportes da mina, tendo em conta que este é um dos pilares da indústria extractiva. São muito escassas as referências aos transportes internos e ausente a documentação respeitante à instalação do interface com a linha do Vale do Sado, de cuja construção dependeu o sucesso da exploração, uma vez que esta constituiu o principal eixo de exportação dos

minérios do Lousal.

Embora a SAPEC, que ainda detém os direitos de propriedade do antigo complexo mineiro, possua uma colecção de fotografias respeitantes às instalações da empresa, sobretudo dos anos cinquenta e sessenta, período de grande modernização do complexo minero-industrial, pela intervenção de Strauss e do engenheiro Frédéric Velge que desde 1958 assegurou a administração e a direcção da mina, estas não fazem parte do lote de documentos que temos vindo a tratar. Espera-se, a prazo, a possibilidade da sua incorporação no acervo documental do Museu Mineiro, tendo em conta a sua importância como testemunho das actividades e das gentes que se estabeleceram no Lousal.

O estado de conservação em que se encontrava a documentação impôs, como trabalho prévio, a sua higienização para a eliminação de poeiras, fungos e remoção de objectos metálicos como agramos ou *clips*, cuja oxidação vinha a acelerar o processo de deterioração do papel. Alguns documentos tiveram de ser retirados das suas capas originais, visto estas se encontrarem em muito mau estado de conservação. Após a limpeza, procedeu-se à separação da documentação de acordo com a natureza dos conteúdos, e ao seu acondicionamento provisório em caixas de cartão normalizadas (26 x 16 x 34 cm).

As cartas impressas e os mapas produzidos pelos técnicos da antiga concessionária, pelas suas dimensões, não



Figura 5. O espólio documental, antes de se iniciar a organização e o acondicionamento. Foto C.Carvalho, 2006.

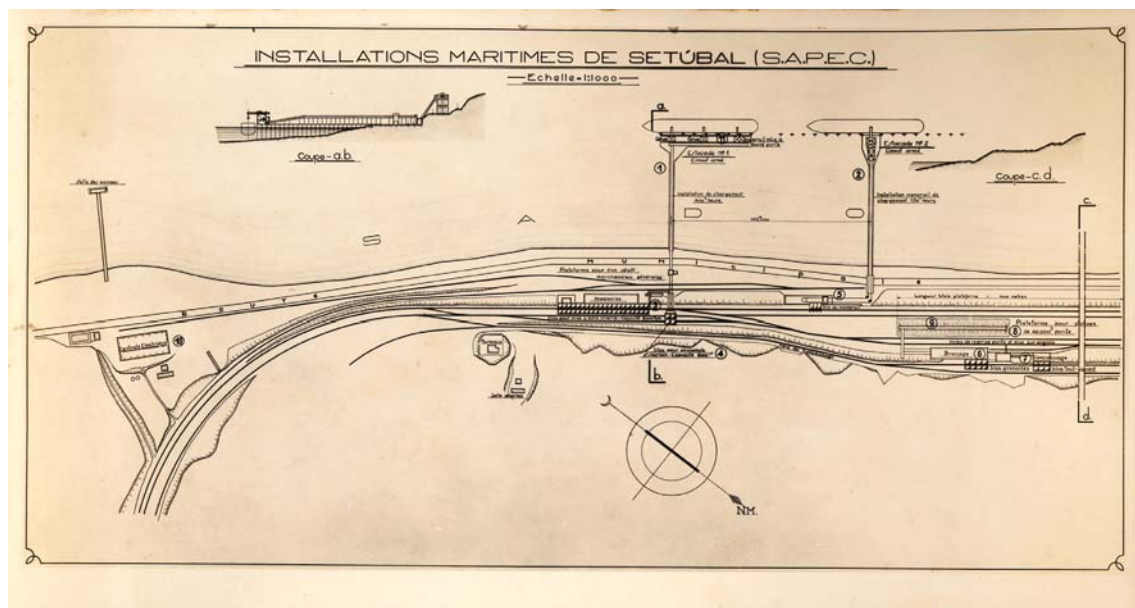


Figura 6.
Exemplo de
peça desenhada
do arquivo da
M.&I. O terminal
mineiro em
Setúbal. Anos
sessenta.

foram ainda devidamente acondicionados, por carecerem de mobiliário adequado cuja aquisição se não perfila de momento. Assim optou-se por mantê-los nos arquivadores originais, parcialmente recuperados, decorrendo ainda o respectivo inventário.

Tratamento documental

Considerando a natureza dos documentos e o facto de estes serem apenas provenientes da M.&I., dado que os relativos ao período de intervenção da SAPEC como gestora do património deixado após o encerramento das minas se encontram na sede da empresa em Setúbal, constituiu-se uma unidade arquivística com a “categoria” de *fundo*¹⁴ a que se atribuiu, de forma abreviada, o nome da empresa (MI).

Embora a maioria dos documentos seja referente ao Lousal, o levantamento sumário do espólio permitiu identificar um escasso conjunto de peças referentes a outras concessões mineiras nas quais a M.&I. detinha interesses, nomeadamente relativos às vizinhas minas de pirites da Caveira e Aljustrel, e das minas de volfrâmio e estanho de Murçós, Fonte Santa e Vale Escuro (Trás-os-Montes)¹⁵. Configurou-se assim a constituição dois sub-fundos que foram designados, respectivamente, por “*Mina do Lousal*” e “*Outras concessões*”. A primeira foi desdobrada em unidades de classificação

factícias, classes e séries, consonantes com as normas ISAD(G)¹⁶, segundo a lógica das *funções-meio* e *funções-fim*¹⁷.

Sempre que tal se proporcionou, procurou-se respeitar, ao nível de pastas e dossiês, a estrutura/ordem estabelecida pela entidade produtora, acautelando desta forma as relações originais entre os documentos.

Na descrição das unidades arquivísticas e na definição dos respectivos títulos procurou-se escolher palavras e expressões que traduzissem inequivocamente os seus elementos formais e conteúdo, tanto no domínio do social como no que respeita à documentação relativa às actividades técnico-científicas nos domínios específicos da geologia, da lavra e do processamento dos minérios. Neste âmbito, foi tida em consideração a norma NP 4438¹⁸.

Estabelecidas as diferentes categorias, organizadas de acordo com o modelo hierárquico da ISAD(G), resumidas no quadro 2, procedeu-se à atribuição de uma codificação alfanumérica, adaptando as recomendações normativas à situação concreta da documentação em tratamento. Assim, seguindo as normativas internacionais, todas as unidades foram identificadas com as letras PT MML MI, que correspondem respectivamente a: Portugal - Museu Mineiro do Lousal - (fundo) *Mines et Industries*, seguidas do número identificativo individual de cada uma das unidades.

CÓDIGO DE REFERÊNCIA	TÍTULO DAS UNIDADES	ÂMBITO E CONTEÚDO
PT-MML-MI (F)	<i>Mines et Industries (1936-1988)</i>	Inclui: documentos da empresa Mines et Industries, referentes à sua instalação, actividade e produção, entre os anos de 1937 e 1988 e relativos a outras concessões
PT-MML-MI-A (SF)	<i>Outras Concessões</i>	Inclui: documentos relativos às minas da Caveira, Murçós, Fonte Santa, Vale Escuro e Aljustrel
PT-MML-MI-L (SF)	<i>Mina do Lousal</i>	Documentos produzidos e recebidos pela Mines et Industries relativos à exploração da mina do Lousal
PT-MML-MI-L/01	<i>Organização e Funcionamento</i>	Estatutos da empresa, ordens de serviço/notas de serviço, delegações de competências e regulamentos internos
	Séries: 01.1 - Estatutos da empresa; 01.2 - Ordens e notas de serviço; 01.3 - Delegações de competências; 01.4 - Regulamentos internos	
PT-MML-MI-L/02	<i>Planeamento</i>	Inclui: relatórios de actividades, relatórios estatísticos e planos/programas de trabalho
	Séries: 02.1 - Relatórios de actividades; 02.2 – Estatísticas; 02.3 - Planos/programas de trabalho	
PT-MML-MI-L/03	<i>Informação e Documentação</i>	Copiadores de correspondência, formulários originais e documentos timbrados com os logótipos da empresa adoptados ao longo dos anos
	Séries: 03.1 - Copiadores de correspondência; 03.2 – Formulários (estacionário)	
PT-MML-MI-L/04	<i>Recursos Humanos</i>	Inclui: fichas e processos individuais dos funcionários, elementos relativos às remunerações e documentação no âmbito da higiene e segurança no trabalho e acidentes de trabalho
	Séries: 04.1 - Processos Individuais; 04.2 – Remunerações; 04.3 - Acidentes de Trabalho; 04.4 - Higiene e Segurança no trabalho; 04.5 - Serviços Médicos e Segurança Social; 04.6 - Controlo e Distribuição de Serviços	
PT-MML-MI-L/05	<i>Património, Instalações e Recursos Materiais</i>	Inclui: processos de instalação e/ou construção de unidades e equipamentos industriais relacionados com a extracção, processamento e transporte dos minérios
	Séries: 05.1 - Processos de Gestão de Bens Imóveis; 05.2 - Processos de Gestão de Bens Móveis; 05.3 - Processos de aquisição e de reparação/manutenção de equipamentos não industriais	
PT-MML-MI-L/06	<i>Gestão Orçamental</i>	Colecções de recibos e documentos de despesa
PT-MML-MI-L/07	<i>Prospecção Geológica</i>	Inclui: relatórios diários e descrição de sondagens (relatórios, peças desenhadas, <i>logs</i>), planos de prospecção e elementos relativos às campanhas de prospecção geoquímica, geofísica e por sondagens
	Séries: 07.1 - Relatórios diários; 07.2 - Sondagens; 07.3 - Planos de prospecção	
PT-MML-MI-L/8	<i>Análises</i>	Análises químicas dos minérios e dos produtos de processamento
PT-MML-MI-L/09	<i>Relatórios Técnicos</i>	Inclui: relatórios e levantamentos geológicos, relatórios do processamento dos minérios, descrição das galerias e massas, relatórios de produção
	Séries: 09. 1 - Relatórios e levantamentos geológicos; 09.2 - Relatórios do processamento dos minérios, descrição das galerias e massas; 09. 3 - Relatórios de produção	
PT-MML-MI-L/10	<i>Cartografia</i>	Mapoteca. Inclui cartografia geológica e topográfica, cartas de anomalias, plantas e perfis das galerias

Quadro 2.
Quadro de
Classificação
do acervo
documental do
Museu Mineiro
do Lousal

A classificação proposta, embora siga as referidas normas arquivísticas, foi adequada à necessidade de facilitar o acesso e a recuperação da informação aos investigadores internos e externos do Museu Mineiro, partindo das funções e actividades desenvolvidas. Estes objectivos são necessariamente diferentes dos da empresa, quando a documentação estava activa; porém, é nossa convicção que o modelo implementado é, de certa forma, legitimado pelo estado em que se encontrava a documentação.

Em abono desta opção, poderia ainda argumentar-se que tratando-se de um arquivo privado, de carácter industrial, o seu acesso e difusão, seguindo uma lógica de reserva da informação estratégica para a gestão da empresa, não era, obviamente, um objectivo. Porém, estando a mina desactivada há pouco mais de uma vintena de anos e não sendo, em princípio, economicamente viável a sua reabertura, a documentação de natureza científica relativa às características do jazigo e dos minérios, adquire agora uma particular relevância para a interpretação da história geológica da Faixa Piritosa Ibérica (FPI), designadamente no que respeita à sua metade ocidental (ramo português), da qual o jazigo do Lousal é parte integrante. A génese destes jazigos de sulfuretos maciços polimetálicos, só recentemente tem vindo a ser globalmente compreendida, e está ligada à ocorrência de episódios vulcânicos submarinos, ocorridos nos últimos tempos da era Paleozóica.

Apesar do objecto deste trabalho estar actualmente confinado ao lote de documentos depositados no museu, considera-se a possibilidade deste fundo poder vir a incorporar novas peças, por transferência dos arquivos da SAPEC ou provenientes de doações particulares, nomeadamente de antigos e actuais habitantes do Lousal e ex-trabalhadores da empresa mineira. Desta forma admitimos que a proposta de classificação apresentada que, de modo nenhum se considera definitiva, possa vir a sofrer ajustamentos, de forma a adequar-se melhor à natureza/conteúdo dos documentos a incorporar.

Preservação digital

Se bem que globalmente se reconheça a este acervo interesse para o conhecimento

aprofundado da vida do antigo complexo e aldeia mineira, a documentação de carácter técnico, onde se identificam e delimitam as formações geológicas presentes e as massas minerais continua, sem dúvida, a manter intacto o seu interesse científico. A atestá-lo estão os diversos pedidos de consulta entretanto registados, destinados a estudos metalogenéticos e de aprofundamento da informação sobre a minerodiversidade do conjunto de formações presentes. Estes pedidos justificaram, em data oportuna, a digitalização de diversos originais (peças desenhadas) da mapoteca.

A passagem de documentos a formato digital deverá, tendencialmente, estender-se ao restante acervo com o duplo objectivo de preservação da integridade dos originais e melhoria do acesso à informação por parte dos investigadores.

É nossa convicção que o trabalho de digitalização deste arquivo histórico, face à missão do museu e aos elevados custos que implica, deverá ser feito de forma integrada com a documentação produzida na sequência do estudo do património material (inventários, catálogos, etc.) e de forma concomitante com o acesso digital às outras vertentes do património na esfera do sítio mineiro, de acordo com as directivas da política do museu para a partilha e difusão da informação.

Apesar de serem múltiplas as vantagens da digitalização como por exemplo, a facilidade de acesso aos documentos sem necessidade de manipulação dos originais, não subscrevemos, de todo, a ideia de substituição das peças existente em suporte papel por registos digitais, pese embora o facto de a manutenção dos primeiros poder representar, sem dúvida, uma sobrecarga no orçamento do museu. Contudo, deverá ter-se presente que só a preservação dos originais poderá garantir a autenticidade e segurança da informação.

Notas finais

O lote de documentos em curso de tratamento é parte integrante do património material do Museu Mineiro do Lousal e a sua relevância para a historiografia do empreendimento mineiro, justifica a sua conservação permanente e pública disponibilização. Como fonte de informação,

este espólio é portador de memórias técnicas, sociais e identitárias, actualmente um dos campos de investigação a que tem vindo a ser dada cada vez mais atenção permitindo caracterizar diversos segmentos da vida da comunidade estabelecida no Lousal e testemunhando e justificando as opções científicas e técnicas tomadas pela concessionária.

Contudo, os trabalhos necessários à sua constituição como núcleo de base de um futuro Centro de Documentação sobre o Lousal ou, numa perspectiva mais ambiciosa, sobre a Faixa Piritosa Ibérica, estão ainda, por falta de recursos humanos dedicados e condições de trabalho, muito aquém do horizonte estabelecido no projecto inicial de intervenção museológica elaborado em 1998. O arquivo carece ainda de ferramentas de descrição, bem como aguarda a determinação de um espaço apropriado, com condições ambientais e equipamentos adequados à sua instalação definitiva.

Considera-se pertinente o esforço que possa fazer-se no sentido deste fundo poder vir a integrar novos documentos que contribuam para colmatar lacunas e constituir novos elementos de investigação para história local e regional da mineração das pirites em terras do Alentejo.

Notas

- ¹ V. Decretos-Lei n.ºs 429/77 de 15 de Outubro, 16/93 de 23 de Janeiro e 47/2004 de 3 de Março.
- ² V. NORMA PORTUGUESA NP 4041: Informação e documentação: Terminologia arquivística: Conceitos básicos. Caparica: IPQ, 2005.
- ³ A referência a “trabalhos antigos” e a descoberta de pelo menos uma galeria romana há muito destruída pelos trabalhos industriais, permitem supor que os romanos, à semelhança do que se conhece em Aljustrel, Caveira e S. Domingos, terão sido dos primeiros a explorar estas minas para a extracção do cobre e, possivelmente também, para a recuperação de metais nobres no chapéu de ferro (Orey, F.A. [192-?]. *A indústria mineira ao sul do Tejo*. Relatório dactilografado. Serviço de Fomento Mineiro). Esta ideia é também reforçada pelos achados de artefactos romanos referidos por Leite de Vasconcelos (1904) na zona do “Castelo do Loísal”.
- ⁴ Portaria de 13/10/1883, Diário do Governo n.º 235 de 16/10/1883.
- ⁵ O Grupo SAPEC, ainda hoje proprietário dos terrenos, edificações e equipamentos do antigo complexo mineiro, foi fundado em 1926 para, em conjunto com a *Société Anonyme Belge des Mines d’Aljustrel*, transformar os minérios explorado no sul de Portugal e, desde os anos

trinta, as pirites do Lousal. (Cf. <http://www.sapecagro.pt/internet/empresa/default.asp?seccao=missao>).

- ⁶ Processo produção de um metal pela “queima” de sulfuretos em fornos especiais com passagem de uma corrente de ar muito quente. Na ustulação o enxofre do minério reage com o oxigénio do ar, libertando o metal, ou produzindo uma forma oxidada que passa por processo posterior de redução.
- ⁷ Concassagem – galicismo derivado da palavra francesa *concassage*, para designar a operação de trituração.
- ⁸ As bases programáticas desta proposta, onde também se alinham as principais etapas da história das minas do Lousal, está disponível em linha em: <http://apai.cp.pt/projectos.htm>. V. também Santos, L. e Tinoco, A. (1998) – Um projecto de musealização para as minas do Lousal. *Arqueologia & Indústria*, 1, p.117-125.
- ⁹ Esta programação foi suplantada pela recente abertura de uma unidade integrada na rede de Centros Ciência Viva, designada por “Mina de Ciência”.
- ¹⁰ V. AA.VV., 2002 p. 16-21. Pode acrescentar-se que este percurso é também intensamente divulgado nas acções que se desenvolvem no âmbito do programa do MCTES “Geologia no Verão”, para o qual foi inicialmente concebido.
- ¹¹ Só já numa fase adiantada do processo de classificação foi encontrada uma cópia dactilografada do plano de classificação que a empresa tinha implementado, cuja existência se presumia pela codificação ainda patente na organização de alguns documentos.
- ¹² As bases programáticas desta proposta, está disponível em linha em: <http://apai.cp.pt/projectos.htm>. V. também Santos, L. e Tinoco, A. (1998) – Um projecto de musealização para as minas do Lousal. *Arqueologia & Indústria*, 1, p.117-125.
- ¹³ Strauss, Günter K., 1965. *Zur Geologie der SW-Iberischen Kiesprovinz und ihrer Lagerstätten, mit besonderer Berücksichtigung der Pyritgrube Lousal, Portugal*. Edição do autor.
- ¹⁴ Fundo: a mais ampla das unidades arquivísticas corresponde ao “conjunto orgânico de documentos de arquivo produzidos ou recebidos por um organismo no exercício da sua actividade” (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Manual para a Gestão de Documentos*, Lisboa, 1998, pág. A5).
- ¹⁵ É muito provável que durante o trabalho de detalhe venham a ser encontrados documentos relativos às minas de Tharsis, para onde G. Strauss e F. Velge se deslocaram com o objectivo, bem sucedido, de reformular as metodologias de exploração e aumentar a produção.
- ¹⁶ ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição. Estocolmo: Suécia, 19-22 Setembro de 1999. [Em linha]. Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ªed. Lisboa: IAN/TT, 2004. [Consult. 10 Mar. 2008]. Disponível em: [http://portal.ipl.pt/pls/portal/docs/PAGE/ISEL_ARCHIVE/SERVICOS/SDP/ARQUIVO/ISAD\(G\)-2002.PDF](http://portal.ipl.pt/pls/portal/docs/PAGE/ISEL_ARCHIVE/SERVICOS/SDP/ARQUIVO/ISAD(G)-2002.PDF).
- ¹⁷ V. *Manual para a Gestão de Documentos*. Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. 1998.
- ¹⁸ V. Norma Portuguesa NP 4438-1: *Informação e documentação: gestão de documentos de arquivo – Parte 1: Princípios directores e Parte 2: Recomendações de aplicação*. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2005.

Bibliografia

- AA.VV., 2002. *Geologia e património mineiro da mina do Lousal. Livro guia de excursão geológico-mineira*. Policopiado. Beja. Instituto Geológico e Mineiro / Ciência Viva.
- CALDERÓN, C., 2010. Archivos mineros históricos adheridos al sistema andaluz de archivos. El archivo minero de la Fundación Río Tinto. In: Romero Macias, E. (coord.) *Patrimonio Geológico y Minero. Una apuesta por el desarrollo local sostenible* Huelva, p. 459-475.
- CARVALHO, C., 2009. *Museu Mineiro do Lousal. O Arquivo da empresa Mines et Industries*. Relatório de estágio não publicado. Universidade de Évora.
- CHAGAS, M., 2005. Cultura, Património e Memória. *Revista Museu*. Artigos, 18 de Maio. Edição electrónica disponível em <http://www.revistamuseu.com.br>.
- CORDEIRO, J.L., 2007. Algumas necessidades básicas para a salvaguarda dos arquivos históricos das empresas portuguesas. In: *Indústria de moldes no Norte de Portugal: Protagonistas, uma coleção de testemunhos*. Oliveira de Azeméis. Centimfe.
- FILIPPE, G. e FERREIRA, F., 2006. O Ecomuseu municipal do Seixal, a investigação e a preservação de património documental e arquivístico industrial. *Arqueologia Industrial*, 4^a s. II (1-2): 29-41.
- GOMES, R.M. e ANDRADE, M.D., 2006. *Arquivo e museu: história e memória de empresa*. IV Congresso de história ferroviária, Málaga. Texto em linha, consultado em 20/ Junho/2010. <http://www.docuten.com/archivos/malaga/pdf/IV22.pdf>.
- GRUPO DE TRABALHO DA APAI PARA O MUSEU MINEIRO DO LOUSAL, 1998. *Museu Mineiro do Lousal*. In: J.M. Brandão, (coord.) *Actas do Seminário Museologia e Arqueologia Mineiras*. Lisboa. Museu do Instituto Geológico e Mineiro, p. 12-21.
- LEITE, P.P., 2010. Günter Strauss e a coleção de minerais do Museu Mineiro do Louzal. In: J. M. Brandão et al. (eds.). *Coleções e Museus de Geologia: missão e gestão*. Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra: Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, p. 215-221.
- MARTINS, I.P. e LOPES, M.C., 1996. Minas do Lousal – recuperação urbano-turística na perspectiva ambiental. *Actas da 5.ª Conferência Nacional da Qualidade do Ambiente*, Universidade de Aveiro, p. 451-460.
- MATZE, K., 1971. *Mina do Lousal*. In: Carvalho, D., Goinhas, J e Shermerhorn, L., *Principais jazigos minerais do sul de Portugal*. Lisboa. Direcção-Geral Minas e Serviços Geológicos, p. 25-32.
- MENDES, J.A., 2002. Arquivos empresariais: História, Memória e Cultura de Empresa. *Revista Portuguesa de História*, 35: 379-388.
- PEREZ LÓPEZ, J.M., 2010. Situación de los archivos mineros en España. El Archivo Histórico Minero de la Fundación Río Tinto. In: Romero Macias, E. (coord.) *Patrimonio Geológico y Minero. Una apuesta por el desarrollo local sostenible*, Huelva, p. 579-591.
- PEREZ LÓPEZ, J.M., 2003. El Archivo Histórico Minero de la Fundación Río Tinto. *Re Metallica*, 1: 12-16. Madrid.
- RIBEIRO, F., 2002. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Ciências e Técnicas do Património*, 1, p. 97-110.
- RODRIGUES, P., 2005. *Vidas na Mina, Memórias, Percursos e Identidades*. Celta Editora. Lisboa
- SILVA, A.F.S., 1968. As minas do Lousal. *Boletim de Minas*, 5 (3), p. 161-181.
- TESSITORE, Viviane, 2003. *Como implantar Centros de Documentação*. Projecto Como fazer. São Paulo. Arquivo do Estado.
- TINOCO, A. et al., 2002. A valorização do património geológico e mineiro do Lousal. In: J.M. Brandão, (coord.). *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*. Lisboa. Museu do Instituto Geológico e Mineiro, p. 681-688.
- TORRES, M.T.M., 2002. *Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*. Gijón. Ediciones. Trea.

ISSN 0872 - 1653

vipasca

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

N.º 4 | 2.ª série | 2013

vipasca

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO PERIÓDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALJUSTREL

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Aljustrel

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Artur Martins

DESIGN GRÁFICO

O Lado Esquerdo

CAPA

Pormenor da VIP I

Fotografia de Nicola Di Nunzio

IMPRESSÃO

Gráfica Almondina - Torres Novas

TIRAGEM

500 exemplares

ISSN

0872-1653

DEPÓSITO LEGAL

©Vipasca © Autores

A Câmara Municipal de Aljustrel respeita os originais dos textos que lhe são enviados pelos autores, não sendo, assim, responsável pelas opiniões expressas nos mesmos, bem como por eventuais plágios, cópias, ou quaisquer outros elementos que, de alguma forma, possam prejudicar terceiros

Solicita-se permuta

On prie l'échange

Exchange requested

Sollecitiamo scambio

Tauschverkehr erwünscht

Correspondência e permutas deverão ser endereçadas a

La correspondance et les échanges doivent être adressés à

Mail and exchanges should be sent to

Revista Vipasca

Museu Municipal de Aljustrel

7600 Aljustrel - Portugal

artur.martins@mun-aljustrel.pt

O preço inclui IVA